

Orador e auditório: eternos “companheiros” no discurso do ex- presidente Lula

Sofia Cristina Alexius¹

RESUMO:

O discurso político, como sugere Charaudeau (2008), incide sobre estratégias de persuasão entre a instância política e a instância cidadã. A TRD (Teoria Retórica do Discurso), como define Dittrich (2008), fundamenta na argumentação as dimensões probatória (racionalização), estética (expressividade) e política (interação), que configuram a retórica de um discurso. Argumenta-se para sustentar uma tese para a qual se pretende adesão. Nesse sentido, o trabalho apresenta uma análise de um discurso político de Lula, trilhando-se os caminhos que a TRD oferece.

PALAVRAS-CHAVE: discurso político, análise retórica do discurso, Lula.

ÁREA: Literatura

¹ Mestre em Letras pela UNIOESTE - Cascavel. sofialexius@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Senso comum: a retórica goza de má reputação. Atrelada, equivocadamente, à arte de bem falar, foi com os sofistas, na Grécia antiga, que a ciência ganhou destaque como um raciocínio falacioso e enganador. Condenada historicamente por Platão, a retórica, ainda hoje, assimila-se à propaganda e à sedução; e é, conforme Meyer (2007), frequentemente reduzida à manipulação dos espíritos pelo discurso e pelas ideias.

Por outro lado, Aristóteles atribui à retórica a exposição de argumentos ou de discursos que devem ou visam persuadir. É vista, assim, como o inverso necessário da ciência, uma vez que esta não oferece certeza a muitas questões da vida cotidiana.

É verdade que podemos manipular e enganar, mas também podemos aderir de boa-fé e com convicção a proposições não necessariamente compartilhadas por outros. (...) Assim, talvez a retórica seja um mal, mas um mal necessário, que mais se assemelha a um comunicar do que a um mandar fazer. Da política ao direito e a suas argumentações contraditórias, do discurso literário ao da vida cotidiana, o discurso e a comunicação são indissociáveis da retórica. Se esta tem suas armadilhas, também oferece a possibilidade da decodificação e da desmistificação. Dessa forma, o melhor antídoto à retórica continua sendo a própria retórica (MEYER, 2007, p. 20).

É Aristóteles, aliás, quem define as três dimensões da retórica, tomadas como instrumentos de persuasão pelo discurso: *ethos* e *pathos*, de ordem afetiva, e *logos*, racional. O discurso persuasivo, destinado a agir sobre os outros, se faz por meio da razão (*logos*), envolve a disposição que os ouvintes conferem aos que falam (*ethos*) e a reação desencadeada nos que ouvem (*pathos*). O *logos* privilegia a aparência de tornar a retórica mais objetiva e racional; o *ethos* privilegia a importância do orador; o *pathos* privilegia o papel do auditório. É preciso, pois, aponta Meyer (2007), que o *ethos*, o *pathos* e o *logos* sejam postos em pé de igualdade, para que nenhuma concepção de retórica, seja a que remonta à retórica clássica, de Aristóteles, seja à nova retórica, de Perelman, exclua as dimensões que constituem a relação retórica (MEYER, 2007, p. 25).

A concepção de discurso convincente, proposta por Aristóteles, como aquele que permite a identificação do público com o seu produtor, aproxima-se da adotada por Perelman (2005) na obra *Tratado da argumentação – A nova retórica*. Dois mil e quinhentos anos depois, a retórica continuou sendo, para Perelman, o estudo que consiste em “provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento” (PERELMAN, 2005, p. 4).

1. TEORIA RETÓRICA DO DISCURSO

É nesse sentido que a Teoria Retórica do Discurso (TRD), cujo princípio organizador fundamenta-se na argumentação, parte da ideia de que é em função dela, da argumentação, que se configura a retórica de um discurso (DITTRICH, 2008). Situada na confluência da Teoria da Argumentação, da Estética e da Política, a TRD articula-se em três dimensões argumentativas: probatória (racionalização do discurso); estética (expressividade do discurso); política (interação do discurso).

A dimensão probatória agrupa a justificação da tese por meio das provas retóricas, sejam elas técnicas (*logos*), sensibilizadoras (*pathos*) ou legitimadoras (*ethos*). A dimensão estética é responsável pela dinâmica discursiva, quer dizer, pelos recursos da linguagem utilizados para atrair a atenção do auditório e tornar a tese compreensível em seus diversos aspectos. A dimensão política, por sua vez, se dá em função das estratégias de poder empregadas na interação entre os sujeitos retóricos – orador e auditório.

Saliente-se que a busca de adesão a uma tese pressupõe conseguir e manter a atenção do interlocutor para que ele a entenda e, portanto, será necessário torná-la acessível: a retórica de um discurso pressupõe que a adesão a uma tese se dê apenas em função dos argumentos e de sua articulação no discurso. O desenvolvimento da argumentação configura-se em torno de possíveis pontos de vista diferentes a respeito da tese que, embora nem sempre explicitados, determinam o que o sujeito retórico pode ou deve deixar de dizer. Os sujeitos envolvidos na situação argumentativa, na medida em que se dispõem a propor e a aceitar (ou não) determinada tese, estimam os passos avançados por um ou outro (DITTRICH, 2008, p.2).

O discurso é, por natureza, polifônico. Nesse sentido, implica em uma atitude responsiva entre os sujeitos do discurso, ou seja, entre o “eu” e o “outro”. É o que assinala Charaudeau (2008), ao afirmar que “todo ato de linguagem emana de um sujeito que apenas pode definir-se em relação ao outro, segundo um *princípio de alteridade* (sem a existência do outro, não há consciência de si)” (CHARAUDEAU, 2008, p.16). Nessa relação, complementa o autor, o sujeito age sobre o outro segundo um princípio de influência, para que este pense conforme a intenção daquele. No entanto, se esse outro também tiver seu próprio projeto de influência, os dois serão levados a gerenciar sua relação segundo um *princípio de regulação*. “Assim, pode-se dizer que todo ato de linguagem está ligado à ação mediante as relações de força que os sujeitos mantêm entre si, relações de força que constroem simultaneamente o vínculo social” (CHARAUDEAU, 2008, p.17).

2. O DISCURSO POLÍTICO

O discurso político, enquanto ato de linguagem que pressupõe uma responsividade coletiva, deve ser analisado então, segundo Charaudeau (2008), como um processo de influência social.

O governo da palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra: a palavra intervém no espaço de discussão para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no espaço de ação para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no espaço da persuasão para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu governo (CHARAUDEAU, 2008, p. 21).

Acrescenta Charaudeau (2008) que todo ato de linguagem se realiza dentro de um tipo específico de relação contratual, implicitamente reconhecido pelos sujeitos, e que define, por um lado, aspectos ligados ao plano situacional – qual a identidade dos parceiros, seus objetivos, o assunto de que falam, em que circunstâncias materiais – e, por outro, aspectos relativos ao plano comunicacional e discursivo – quais as maneiras de dizer ou quais as estratégias discursivas pertinentes.

O autor observa três condições que fundamentam o direito à fala: o reconhecimento do saber, do poder e do saber fazer. O sujeito comunicante precisa demonstrar que as referências utilizadas são conhecidas e, então, reconhecidas e avaliadas pela comunidade destinatária. Também, o sujeito precisa reconhecer-se como possuidor de determinadas identidades sociais que o legitimam para proferir o discurso em questão.

O direito à fala depende ainda do “saber fazer”, da capacidade do sujeito comunicante de conquistar a credibilidade dos sujeitos destinatários ao demonstrar que a sua legitimidade, derivada do reconhecimento do saber e do poder, se traduz numa competência específica; ou seja, o sujeito comunicante precisa estar apto para desempenhar no interior do ato de linguagem um papel de uma forma que confirme as expectativas que se fazem sobre ele. A legitimidade de um sujeito decorrente de sua posição profissional, por exemplo, precisaria ser continuamente confirmada pelo modo como ele desempenha seu papel linguageiro. Mais do que isso, porém, é necessário que esses atributos sejam reconhecidos pelos sujeitos destinatários para que eles se tornem operantes, e esse

reconhecimento ocorre, justamente, dentro do encontro linguageiro, por meio da interação e avaliação mútua dos interlocutores. Levando-se em conta todos os métodos de análise do discurso político (lexical, enunciativo, argumentativo) desenvolvidos atualmente, a questão mais global da finalidade de uma análise de discursos políticos, segundo Charaudeau (2008), relaciona-se à sua capacidade de revelar o que é a realidade do poder; logo, vincula-se à “necessidade de mostrar que não poderia haver ação política se não houvesse discurso que a motivasse e lhe conferisse sentido” (CHARAUDEAU, 2008, p. 39).

O discurso político não esgota, de forma alguma, todo o conceito político, mas não há política sem discurso. Este é constitutivo daquela. A linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido. A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais elaboram o pensamento e a ação políticos. A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso (CHARAUDEAU, 2008, p.39)

Lembra o autor que a política, como um domínio de prática social em que se enfrentam relações de força simbólicas para a conquista e gestão de um poder, só pode ser exercida com base em uma fundamentação de legitimidade adquirida e atribuída. Contudo, o sujeito político deve também mostrar-se crível e persuadir o maior número de indivíduos que com ele compartilhem certos valores. “É o que coloca a instância política na perspectiva de ter que articular opiniões a fim de estabelecer um consenso. Ela deve, portanto, fazer prova da persuasão para desempenhar esse duplo papel de representante e de fiador do bem-estar social” (CHARAUDEAU, 2008, p. 79).

3. O DISCURSO DE LULA À LUZ DA TRD

O ex-presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, ocupou, durante dois mandatos consecutivos, sob a legitimidade do voto popular, o papel de principal representante político do país. Logo, seus discursos precisavam estar alinhados às expectativas do eleitorado e da política internacional, uma vez que, nesse caso, o que se diz e a forma como se diz implica consequências diplomáticas.

Sob a luz da TRD, analisa-se o discurso presidencial proferido a 21 de outubro de 2009, em Ouro Preto – MG, durante

cerimônia de lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas . Nele, Lula sustenta as dimensões argumentativas (probatória, estética e política), a fim de promover o programa federal e enaltecer a figura da então ministra Dilma Rousseff, à época pré-candidata do governo às eleições presidenciais de 2010.

Para tanto, Lula lança mão de argumentos técnicos: “[...] O PAC das Cidades Históricas é a maior ação conjunta pela revitalização e recuperação das cidades históricas já implantada no nosso país. A iniciativa abrangerá 173 cidades, localizadas em todos os estados brasileiros, com investimento de R\$ 890 milhões até 2012, dos quais 140 milhões serão investidos ainda este ano. [...]”, os quais, afirma Dittrich (2008), no universo dos argumentos que justificam a tese, são os que apresentam mais explicitamente os dados que a sustentam.

Os números apresentados, conforme Lula, permitirão o desenvolvimento das ações elencadas na sequência: “[...] requalificação urbanística; recuperação de espaços públicos; sinalização; iluminação; instalação de internet banda larga sem fio, para as pessoas poderem viajar mais rápido; infraestrutura urbana e social; financiamento para a recuperação de imóveis privados; [...]. Mais importante ainda: fomento às cadeias produtivas locais. Apoio à estruturação de atividades produtivas, com ênfase para as atividades tradicionais. Promoção nacional e internacional para o turismo cultural.”

O discurso de Lula, contudo, prioriza a argumentação sensibilizadora ou motivacional, cujo objetivo está em sensibilizar o auditório para o teor da tese. “[...] A verdade é que quando a causa é nobre, e a causa é justa, não adianta esquartejar, salgar e pendurar, porque as ideias estão pairando no ar, na cabeça de todo mundo, e ela não pôde ser queimada. Portanto, continua viva, muito viva a luta que Tiradentes fez neste país. [...]”. Conforme Dittrich (2008), “no lugar de apresentar afirmações sustentadas por números, estatísticas, estudos técnicos e científicos, o orador [...] preocupa-se em fazer asserções cujas justificativas estejam vinculadas às possíveis consequências para o auditório [...]” (DITTRICH, 2008, p. 6). A argumentação entra no âmbito do passional, assevera o autor, uma vez que se trata de apontar vantagens ao auditório, ao interlocutor, à sociedade, caso estes se mostrem simpáticos à tese apresentada.

O ex-presidente se dirige com afetividade aos demais políticos presentes à cerimônia. Trata-os pelas formas carinhosas: “querido”, “caro”. Passa a ideia de estar conversando com os seus “iguais”, tratando-os de “companheiros”, num gesto implícito de não estar se relacionando com adversários políticos. Enfatiza a figura da ministra Dilma, deixando também implícito o seu desejo de que é ela o nome mais indicado para assumir a presidência depois de Lula. Lê-se esta intenção, por exemplo, no enunciado: “[...] quero

dar os parabéns à companheira Dilma, quando encontrou um jeito de colocar a reivindicação do companheiro Juca no PAC.” Ora, se ela encontrou um jeito para solucionar os problemas citados, poderá também encontrar outros jeitos para dar conta dos problemas que, porventura, advirão quando (se) ela for presidente. E é.

Quando o Lula faz referências elogiosas à então ministra Dilma, ele o faz ancorado na imagem de um presidente com expressiva aprovação popular. Se ele afirma isso de Dilma, para o povo, o que Lula diz merece crédito. Entra no jogo discursivo de Lula a dimensão política da TRD, a interação entre orador e auditório ancorada em estratégias que preveem a participação dialógica dos interlocutores do discurso. O lugar de que ele fala, o orador, “vincula e produz efeitos de sentido como portador de pontos de vista sociais e históricos e, em grande parte, deles se apropria ou por eles é apropriado de forma a que seu discurso viabilize as representações sociais e ideológicas do universo de que fala [...]” (DITTRICH, 2008, p.16).

Nota-se claramente que o ex-presidente assume uma postura de identificação com o povo, falando, para tanto, a linguagem do povo e expressando as crenças do seu povo. “Quando deu aquele trovão grande, eu me benzi [...]”. Os recursos lexicais, incluídos na dimensão estética da TRD, articulam-se em torno dos sentidos que o orador pretende evocar a partir das significações que o léxico oferece. “[...] a escolha das palavras não se dá em função de revestir o material argumentativo; ela resulta, antes, das necessidades impostas pela própria argumentação e pela estimativa do perfil intelectual e social do auditório” (DITTRICH, 2008, p. 13). Cabe salientar, no discurso de Lula, o emprego de uma variante linguística que apresenta marcas da oralidade combinadas com a variante padrão, o que sugere o acesso de todos os brasileiros à compreensão do discurso do presidente.

Lula ressalta a importância dos seus companheiros e, até mesmo, de adversários políticos, e nomeia-lhes publicamente as virtudes, numa forma sutil de obter-lhes o apoio imprescindível para a realização de seus projetos políticos: “[...] aquilo que o Aécio falou é a mais pura verdade.” O presidente pensa como pensam os brasileiros. Daí o emprego do pronome pessoal nós. “Teve um tempo que nós ficávamos indignados [...]”. Ele também não governa sozinho, e sim com a ajuda de toda a equipe do governo: “[...] nós queremos ajudar não só aos estudantes, mas ao povo de Ouro Preto”.

Em todo ato de discurso, o propósito é aquilo de que se fala, o projeto que se tem em mente ao tomar a palavra; o que é, afinal, proposto. Ele corresponde, de certa forma, ao tema do discurso, como quando falamos do tema (ou do assunto) de uma discussão. Por mais que se fale (ou escreva) com a finalidade essencial de estabelecer uma relação entre si e o

outro e de influenciá-lo, tentando persuadi-lo ou seduzi-lo, essa relação seria vazia de sentido se não tivesse por objeto certa visão que trazemos do mundo, isto é, o conhecimento que se tem da realidade e os julgamentos que dela se fazem. O homem é tomado tanto por um desejo de inteligibilidade do mundo quanto de troca com o outro (CHARAUDEAU, 2008, P.187).

Lula e o povo – orador e auditório – se configuram em “companheiros” que se amparam, diante da informalidade do discurso presidencial, em crenças ou valores supostamente partilhados pelos integrantes dessa prática discursiva. “O Ministro da Educação fez uma reunião com o representante do DCE aqui, e nós assumimos o compromisso de o governo federal, o governo estadual, através da Cohab, o Ministério da Educação... A gente sabe que, por conta do Reuni, cresceu o número dos estudantes aqui, portanto, aumentou o preço dos imóveis aqui. Então, nós queremos ajudar não só aos estudantes morarem melhor e mais barato, mas ao povo de Ouro Preto a viver também dignamente, sem a especulação imobiliária.” Nesse sentido, o discurso político de Lula cumpre o papel de construção e manutenção de um vínculo social, tão necessário à vida política. Tanto no que diz respeito à legitimação da instância de chefe de Estado, quanto à plausibilidade das ações políticas do governo perante a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vê-se no discurso em questão uma ininterrupta tentativa de se manter entre o orador (Lula) e o auditório (eleitores, partidários e, nesse caso, até apartidários de Lula) um clima amistoso, de “companheirismo” e, por isso mesmo, de confiança. O linguajar utilizado por Lula evoca a coloquialidade típica do povo brasileiro, o que, por si só, se configura como um evidente recurso argumentativo, haja vista a origem do ex-presidente – análoga à da maioria de seu eleitorado. Isso sem deixar de lado, é claro, adequações a regras gramaticais, uma vez que, como presidente da República, Lula também deveria adaptar-se e adaptar seu discurso aos conhecedores da norma dita padrão da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DITTRICH, Ivo José. **Por uma Retórica do Discurso**: argumentação técnica, emotiva e representacional. Alfa, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 21-37, 2008a.

_____. **Por uma Teoria Retórica do Discurso**: princípios teórico-metodológicos. Revista Ideação, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 2, p. 91-116, 2008b.

_____. **Teoria Retórica do Discurso** – a argumentação como princípio: estudo de um anúncio publicitário com base na teoria. Artigo inédito – ainda não publicado.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso político. São Paulo: Contexto, 2008.

MEYER, Michel. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **Considerações sobre o modelo de análise do discurso de Patrick Charaudeau**. Revista Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências, v. 6, n. 1 (2004), CECIMIG, UFMG, Belo Horizonte, Brasil.

PERELMAN, Chaïm. **Tratado da argumentação**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SECRETARIA DE IMPRENSA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas – Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania. Ouro Preto-MG, 21 de outubro de 2009. Disponível em <http://www.imprensa.planalto.gov.br>.